



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
ÁREA DE GESTÃO EDUCACIONAL

Alfabetização no Brasil: contribuições e impactos do Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)

Literacy in Brazil: Contributions and Impacts of the National Pact for Literacy at the Right Age (PNAIC)

Rebeca Fermino¹

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristiane Batistioli Vendrame²

Resumo: O presente estudo tematiza a alfabetização no Brasil, um dos pilares essenciais da educação e do progresso de uma sociedade. Objetivamos analisar o programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e seu impacto na taxa de alfabetização no Brasil, a fim de identificar possíveis contribuições no processo de alfabetização dos escolares. Para compor a investigação, inicialmente, realizamos uma revisão bibliográfica a partir de trabalhos acadêmicos e artigos. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, com análise bibliográfica e documental, além de relato de experiência de uma professora, formadora do programa. Para consolidar a pesquisa, tomamos como referencial teórico a Teoria Histórico-Cultural (THC), por conceber o desenvolvimento humano como resultado da atividade que o sujeito estabelece com a natureza. Mediante a investigação, evidenciamos que o PNAIC foi o maior programa de formação continuada de professores, unindo universidades, municípios e estados, teve grande relevância na formação continuada de professores em nível nacional; embora proporcionado importantes recursos formativos, os avanços na leitura e escrita foram mais significativos nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Os desafios, contudo, permanecem notáveis e exigem esforços contínuos para que as conquistas sejam consolidadas e ampliadas e, *quicá*, superadas a ponto de erradicar o analfabetismo no Brasil.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Formação de professores; Alfabetização; PNAIC.

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2021), Mestre em Educação pela mesma instituição (2015), graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (2000), com Pós-Graduação em Língua Portuguesa: Teoria e Prática (2008), Especialização em Teoria Histórico-Cultural (2011) e aperfeiçoamento no Método do Materialismo Histórico-Dialético (2011).

Abstract: This study addresses literacy in Brazil, one of the essential pillars of education and societal progress. The objective is to analyze the National Pact for Literacy at the Right Age (PNAIC) and its impact on literacy rates in Brazil, aiming to identify potential contributions to the literacy process of schoolchildren. To conduct the investigation, a bibliographic review was initially carried out based on academic papers and articles. This is a qualitative research study, employing bibliographic and documentary analysis, along with the experiential account of a teacher who served as a PNAIC trainer. To consolidate the research, the study adopts the Historical-Cultural Theory (HCT) as a theoretical framework, which conceives human development as the result of the subject's interaction with nature. The investigation highlights that the PNAIC was the largest continuing teacher education program in Brazil, bringing together universities, municipalities, and states, and playing a significant role in teacher training nationwide. While the program provided important educational resources, progress in reading and writing was more significant in the South and Southeast regions of Brazil. However, challenges remain considerable and require continuous efforts to consolidate and expand achievements, and perhaps even overcome them to eradicate illiteracy in Brazil.

Keywords: Educational policies; Teacher training; Literacy; PNAIC.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tematiza a alfabetização no Brasil, um dos pilares essenciais da educação e do progresso de uma sociedade. Ao longo das últimas décadas, o processo de alfabetização tem sido alvo de considerável atenção e debate, não apenas como um desafio pedagógico, mas também como uma questão crucial de justiça social. A alfabetização é fundamental para a construção de uma educação de qualidade e, no Brasil, a dificuldade nesse processo ainda representa um empecilho para o sistema educacional.

Com o intuito de consolidar a pesquisa proposta, elencamos, como objetivo geral, analisar o programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e seu impacto na taxa de alfabetização no Brasil, a fim de identificar possíveis contribuições no processo de alfabetização dos escolares. Para o desdobramento da investigação, estabelecemos, como objetivos específicos, os seguintes: compreender o PNAIC e os objetivos traçados para a promoção da alfabetização no Brasil e examinar a melhoria da educação em relação ao analfabetismo após a implementação do programa.

O PNAIC foi um programa do Ministério da Educação (MEC), lançado em 2012, com o objetivo de garantir que todas as crianças estivessem alfabetizadas até o final do 3º ano do Ensino Fundamental, ou seja, aos 8 anos de idade. A dificuldade em leitura e escrita afeta diretamente o desenvolvimento acadêmico e social dos indivíduos, sendo, portanto, necessário compreender os programas educacionais existentes que buscam mitigar essa situação.

Compreender a eficácia dos programas de promoção à alfabetização é crucial para encontrar soluções efetivas e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Tendo em vista essas reflexões e diante do atual cenário, problematizamos: a promoção de programas e documentos oficiais tem contribuído para a erradicação do analfabetismo no Brasil?

Ao longo de minha experiência profissional e acadêmica, defrontei-me com uma série de situações que me inquietaram. No decorrer da graduação, deparei-me com disciplinas que discutiam o processo de alfabetização e letramento nos anos

iniciais de escolarização. As leituras e as atividades propostas me instigaram a aprofundar os estudos, bem como compreender as contribuições desses conceitos para o processo de ensino e aprendizagem das crianças.

O desejo em investigar este tema partiu do incômodo por identificar tantas crianças com dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita, o que me mobilizou a buscar subsídios, na posição de aluna do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), para compreender melhor o processo de alfabetização e, assim, tive a oportunidade de participar do Programa Residência Pedagógica (RP), ofertado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o qual era dividido em dois núcleos: gestão e alfabetização. Integrei o núcleo de alfabetização e acompanhei turmas de primeiros e segundos anos no período de 2022 a 2024.

Frente a estas inquietações, intento analisar o programa PNAIC e entender seus efeitos na alfabetização de crianças brasileiras. Ao propormos a análise, compreendemos a importância de estudos sobre propostas educacionais que vigoram ou vigoraram em nosso país, além de averiguar se, de fato, foram significativas para a aprendizagem dos alunos.

Posto isso, acreditamos ser essencial que professores estejam familiarizados com as políticas educacionais vigentes no país, o que os capacita a atuar de maneira eficaz, seja em sala de aula ou na gestão escolar. Tendo em vista que o PNAIC foi o maior programa de formação continuada de professores, unindo universidades, municípios e estados, ele teve grande relevância na formação continuada de professores em nível nacional e seus cadernos foram essenciais por trazerem autores que uniam alfabetização e letramento. Nem todos os estados, porém, tiveram avanços significativos na leitura e na escrita, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste, com níveis expressivos de leitura.

2 METODOLOGIA

A presente investigação, organizar-se-á a partir do que já foi publicado em livros, artigos, dissertações, entre outros, por autores que abordam a alfabetização em nosso país. Convém mencionar que se trata de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, a qual Gil (2017, p. 34) afirma que “[...] é elaborada com base em material já publicado”.

O trabalho é de caráter qualitativo, com análise bibliográfica e documental, além de relato de experiência de uma professora, formadora do programa. Para consecução da pesquisa, tomamos como referencial teórico a Teoria Histórico-Cultural, por compreender que o desenvolvimento humano é resultado da atividade realizada pelo homem - o trabalho - o qual transforma a natureza e a si próprio.

Recorremos, ainda, às contribuições de Oliveira (2010), que sintetiza os estudos de Vygotsky. Para compreender o processo de alfabetização e letramento, utilizamos Soares (2020), que trata da interdependência entre esses dois processos. Smolka (1996) contribuirá para a compreensão do processo de escrita no contexto da alfabetização. Constant (2015), Xavier e Bartholo (2019) enunciarão a história do PNAIC, além de documentos oficiais selecionados para a compreensão do programa.

No que tange à organização do trabalho, didaticamente, a pesquisa encontra-se estruturada em três partes. Na primeira seção, apresentamos uma revisão de literatura com os autores que fundamentam nossa pesquisa. Na segunda seção, compreendemos o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, bem como os objetivos traçados para esta promoção. Por fim, examinamos se houve avanços tanto na formação destes professores quanto na aprendizagem das crianças para a superação do analfabetismo no Brasil.

Para examinar produções previamente publicadas sobre o tema, bem como identificar lacunas existentes, realizamos um levantamento bibliográfico do estado atual do conhecimento sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). A pesquisa consistiu na identificação clara e precisa do tema de interesse, que, neste caso, delimitamos: as contribuições do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) para o processo de alfabetização dos escolares.

Pretendendo responder à questão, realizamos uma análise de dados nas seguintes fontes de pesquisa de livre acesso: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), dissertações e periódicos (Capes) e Ministério da Educação (MEC), selecionados para identificar trabalhos acadêmicos, livros, artigos e outros documentos oficiais relevantes. A busca se concentrou nas palavras-chave relacionadas ao tema, como: “Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa” e “formação continuada de professores PNAIC”.

É pertinente mencionar que esse levantamento inicial foi produzido durante a disciplina de seminários no decorrer do ano de 2024. Os parâmetros de seleção para os artigos foram definidos a partir de textos que abordassem aspectos sobre os impactos e a implementação do PNAIC no Brasil. Feito isso, excluímos os textos que não atendiam aos critérios estabelecidos, tais como artigos repetidos, cadernos de apresentações do PNAIC e aqueles que não discutiam o programa contemplando a relevância necessária para entender seus impactos.

A coleta de dados inicial apontou um total de 17 análises, sendo 5 da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), 6 documentos do Ministério da Educação (MEC), 2 artigos de dissertações e periódicos (Capes) e 4 livros de autores que embasam a pesquisa. Após a leitura dos títulos, resumos e a aplicação dos critérios, foram descartados 3 artigos e lidos 14, dentre eles, livros e documentos oficiais que alicerçaram a elaboração da pesquisa.

Dentre os materiais selecionados, temos o Caderno de Apresentação do PNAIC de 2015 (Brasil, 2015b), a Portaria nº 826, de 7 de julho de 2017 (Brasil, 2017) e o PNAIC e Ação (Brasil, 2016), além de obras clássicas que tratam de temas pertinentes à alfabetização e ao desenvolvimento humano, como: *Formação Social da Mente* (Vygotsky, 2003); *A criança na fase inicial da escrita* (Smolka, 1996); *Aprendizado e desenvolvimento: um Processo Sócio-Histórico* (Oliveira, 2010), entre outros.

Sendo assim, a pesquisa apoiou-se não apenas nos artigos acadêmicos, mas em uma expressiva bibliografia de autores clássicos da educação, a fim de fomentar reflexões aprofundadas sobre a implementação e os impactos do PNAIC na alfabetização de crianças brasileiras. A análise de documentos oficiais e das obras de autores renomados foi essencial para estabelecer uma base sólida e bem fundamentada. Posto isso, apresento, no Quadro 1, os resultados das pesquisas realizadas nessas bases teóricas. Embora os trabalhos destacados tenham sido analisados e lidos durante o processo de construção da pesquisa, optou-se por não os incluir na estrutura do texto, uma vez que não se alinharam diretamente aos objetivos centrais ou não atenderam plenamente às necessidades específicas da abordagem adotada.

Quadro 1 - Trabalhos localizados para revisão bibliográfica

Nº	TÍTULO	PERIÓDICO	AUTORES	CONSIDERAÇÕES/ CONCLUSÕES
1	Ministério da Educação portaria Nº 826 de 7 de julho de 2017	Undime-sc	Ministério da educação	A portaria estabelece diretrizes para a implementação de políticas educacionais voltadas à melhoria da alfabetização, com foco na formação continuada de professores.
2	O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa em ação: revisão de literatura	Scielo	Marcia Aparecida Alferes a Jefferson Mainardes	Este artigo realiza uma análise das pesquisas existentes sobre o PNAIC, investigando suas práticas, seus resultados e seus desafios no contexto da alfabetização no Brasil.
3	Luciana Castro Oliveira Machado, Beatriz de Basto Teixeira.	Scielo	Luciana Castro Oliveira Machado, Beatriz de Basto Teixeira.	Analisa a formação continuada de professores no PNAIC, evidenciando a colaboração entre educadores e os desafios de implementação.

Fonte: Elaborado pela autora (2024), com base em Ministério da Educação (2017), Alferes e Mainardes (2019) e Machado e Teixeira (2020).

O Quadro 2 apresenta as principais obras e autores que embasaram a construção desta pesquisa. Ele está organizado em sequência numérica e agrupado de forma a evidenciar a diversidade de perspectivas utilizadas no desenvolvimento do trabalho. Estão reunidos, no quadro, autores como Smolka e Magda Soares, com obras que abordam a alfabetização, o letramento e o processo de ensino e aprendizagem. Também são destacados documentos institucionais, como portarias do Ministério da Educação e relatórios do INEP/SAEB, que oferecem uma visão oficial e dados sobre os avanços e desafios da educação básica no Brasil.

A presença de teóricos clássicos, como Vygotsky e sua obra sobre a formação social da mente, evidencia a fundamentação Teoria Histórico-Cultural (THC), por conceber o desenvolvimento humano como resultado da atividade que o sujeito estabelece com a natureza. Complementando essa base, autores contemporâneos, como Laura Bagatini de Almeida, Xavier e Bartholo, trazem análises recentes sobre o impacto do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e acerca dos recursos didáticos no ciclo de alfabetização. Por fim,

foram incluídos materiais práticos e orientadores, como o Caderno de Apresentação do PNAIC e o documento de formação continuada de professores alfabetizadores, além de uma obra de Antônio Carlos Gil, essencial para elaboração de projetos de pesquisa.

Quadro 2 - Descrição de obras selecionadas de acordo com autores e títulos

Nº	AUTORES	TÍTULOS
1	Magda Soares (2003)	Letramento e alfabetização: as muitas facetas
2	Magda Soares (2004)	Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos
3	Ministério da Educação (Brasil, 2017)	Ministério da educação portaria Nº 826, de 7 de julho de 2017
4	Vygotsky (2003)	Formação Social da Mente
5	Smolka (1996)	A criança na fase inicial da escrita
6	Oliveira (2010)	Aprendizado e desenvolvimento: um Processo Sócio-Histórico
7	Ministério da Educação (Brasil, 2015b)	Caderno de Apresentação do PNAIC de 2015
8	Laura Bagatini de Almeida (2018)	Recursos Didáticos no Ciclo de Alfabetização PNAIC UFRGS 2018
9	Inep/Saeb (Brasil, 2015a)	Relatório Avaliação Nacional de Alfabetização ANA 2013-2014
10	Inep/Saeb (Brasil, 2018)	Relatório Avaliação Nacional de Alfabetização ANA 2016
11	Xavier e Bartholo (2019)	Os Impactos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Uma Revisão Sistemática
12	Antônio Carlos Gil (2017)	Como elaborar projetos de pesquisa
13	Magda Soares (2020)	Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e escrever
14	Ministério da Educação (Brasil, 2016)	Documento Orientador das Ações de Formação Continuada de Professores Alfabetizadores em 2016

Fonte: elaborado pela autora (2024), baseado em Magda soares (2003), Magda Soares (2004), Ministério da Educação (2017), Vygotsky (2003), Smolka (1996), Oliveira (2010), Ministério da Educação (Brasil, 2015b), Laura Bagatini de Almeida (2018), Inep/Saeb (Brasil, 2015a), Xavier e

Bartholo (2019), Antônio Carlos Gil (2017), Magda Soares (2020) e Ministério da Educação (Brasil, 2016).

O Quadro 3 sintetiza as fontes utilizadas na revisão bibliográfica, totalizando 14 obras distribuídas entre livros, artigos e documentos oficiais. Dentre as obras, quatro são livros relacionados aos autores da Teoria Histórico-Cultural e alfabetização, fundamentais para a base teórica. Cinco são documentos oficiais sobre o PNAIC obtidos do Ministério da Educação (MEC), enquanto seis artigos científicos foram localizados na base de dados SciELO. Essa diversidade de fontes garantiu uma visão abrangente do tema, alinhando teoria, prática e análise crítica para atender aos objetivos da pesquisa.

Quadro 3 - Trabalhos localizados para revisão bibliográfica

Descritor	Total de pesquisas	Tipo de pesquisas	Banco de dados
Autores da teoria Histórico-Cultural e alfabetização	4	bibliográficas	Livros
Documentos oficiais	5	PNAIC	MEC
Alfabetização PNAIC	6	Artigo	SciELO
Total geral	14		

Fonte: Elaboração própria.

A implementação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) gerou diversas pesquisas e reflexões sobre seus impactos no âmbito da alfabetização no Brasil, dando ênfase à mediação do professor em relação ao ensino e aprendizagem dos escolares.

Smolka (1996) analisa a relação de ensino que, muitas vezes, é realizada como uma tarefa unilateral, em que o professor age como o detentor de todo o saber para transmitir o conhecimento ao aluno. No entanto, essa abordagem é contrária à complexidade do processo pedagógico, que deve ser realizado com diálogo e baseado na interação entre professor e aluno. Assim a autora afirma que “a tarefa de ensinar, organizada e imposta socialmente, baseia-se na relação de ensino, mas muitas vezes oculta e distorce essa relação” (Smolka, 1996, p. 30).

De acordo com Vygotsky (2003), ao contrário de um olhar unilateral de ensino, o desenvolvimento cognitivo de uma criança não ocorre apenas pela transmissão de conteúdo do professor ao aluno; o processo de ensino e aprendizagem depende da interação social e do conhecimento adquirido pelo aluno com crianças mais experientes ou professores. Isso converge com a ideia de que, para um ensino efetivo, é fundamental que a aprendizagem aconteça em um espaço de mediação, em que o professor atue como o portador dos signos e instrumentos, auxiliando a criança a superar desafios dentro de sua zona de desenvolvimento proximal.

O autor ainda sugere que o processo de ensino seja dinâmico e construído a partir da relação de mediação entre o professor e aluno, considerando o que o aluno já sabe e o que irá aprender por meio da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP).

Ao encontro desses postulados, temos o Caderno PNAIC (Brasil, 2015) que destaca a centralidade do papel do professor alfabetizador, ressaltando que ele deve ser visto como um profissional em constante desenvolvimento, não apenas um detentor de conteúdo. O professor, como os alunos, encontra-se em processo de desenvolvimento do saber, assim, o “professor alfabetizador deve ser tratado como um profissional em constante formação, não só na área de linguagem, mas em todas que façam parte do ciclo de alfabetização” (Rolkouski; Leal, 2015, p. 27).

Neste viés, é possível sublinhar que a formação continuada de professores, oferecida pelo PNAIC, assemelha-se à proposta de Vygotsky (2003) ao oportunizar aos docentes a capacitação e o atendimento às necessidades expostas pelos alunos, por meio da mediação.

De acordo com Oliveira (2010, p. 64), respaldada em Vygotsky, o “único bom ensino é aquele que se adianta ao desenvolvimento”, ou seja, ao professor cabe intervir na Zona de Desenvolvimento Proximal dos alunos, provocando avanços que não ocorreriam espontaneamente.

Ao corroborar com a defesa da importância da formação continuada de professores pelo programa PNAIC, Xavier e Bartholo (2019) afirmam que o PNAIC foi o maior programa de formação de professores já desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC).

Em seu trabalho, os autores discutem a importância do programa para a formação dos educadores e os impactos para a alfabetização dos escolares. A ênfase na formação continuada de professores e na elaboração de materiais

pedagógicos estruturados mostra que a implementação do PNAIC teve, como grande objetivo, um processo contínuo de capacitação para lidar com as especificidades da alfabetização no Brasil.

Os autores trazem, ainda, em sua pesquisa, uma revisão sistemática acerca do PNAIC, salientando que o programa, com sua enorme mobilização de recursos, atingiu mais de 2 bilhões de reais em cinco anos e 250 mil docentes. Ainda se necessita, contudo, de estudos mais aprofundados sobre sua relevância, essencialmente no que se refere a como ele afetou as práticas pedagógicas dos educadores e o aprendizado dos estudantes. Assim, os autores destacam:

A síntese dos estudos de impacto também nos sugere que temos muito a avançar em termos de desenhos avaliativos, tamanhos de amostras, publicação de resultados e redes de pesquisa. Em princípio, não identificamos nesses estudos, e nem nos demais, preocupação marcante com o compartilhamento de informações, padronização de dados, uso de tecnologia para gerenciar e divulgar resultados (Xavier; Bartholo, 2019, p. 26).

A partir da análise das evidências existentes sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), salientamos que a relevância desta pesquisa é inegável, dado o cenário de lacunas no campo da avaliação do impacto do programa. Mesmo com considerável investimento e grande mobilização de professores, os estudos realizados acerca do programa ainda carecem de pesquisas e dados que comprovem sua eficácia.

Nesse sentido, Xavier e Bartholo (2019) evidenciam que, ainda, há uma grande distância entre as políticas públicas educacionais e os dados que permitem uma avaliação precisa de seus efeitos. Desta forma, pretendemos, com a pesquisa elucidada, contribuir com o cenário da alfabetização no Brasil, bem como superar, ainda que minimamente, a escassez de estudos com metodologias rigorosas e dados consistentes que permitam o avanço de práticas pedagógicas alfabetizadoras e a compreensão de programas governamentais fundamentais para a formação humana dos escolares.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: promoção da alfabetização no Brasil

Ao considerar a questão latente e recorrente da alfabetização no Brasil, pretendemos, ao longo desta seção, compreender o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, bem como os objetivos traçados para esta promoção.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) foi instituído pela Portaria 867, de 04 de julho de 2012, e lançado em 8 de novembro de 2012 pela então presidente Dilma Rousseff (Brasil, 2012). Trata-se de um compromisso estabelecido entre o Governo Federal, Distrito Federal, estados, municípios e sociedade para garantir que todos os escolares estivessem alfabetizados até os 8 anos de idade, no terceiro ano do ensino fundamental.

Como concretude das políticas educacionais, temos o Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei n. 13.005/2014, o qual consiste em um conjunto de diretrizes, metas e estratégias elaboradas pelo governo brasileiro para orientar a política educacional do país em um período determinado, geralmente com duração de 10 anos. O PNE define objetivos a serem alcançados em diferentes áreas da educação, desde a educação básica até o ensino superior, visando a melhoria da qualidade da educação e a promoção da igualdade de oportunidades. Na meta 5, o PNE propõe garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas ao final do 3º ano do ensino fundamental, o que deriva, portanto, o PNAIC.

Segundo Araújo (2015), os números tornaram-se preocupantes quando houve a elaboração de diferentes formas de avaliação sobre a qualidade da alfabetização no Brasil e se constatou que deveriam ser criados programas educacionais para reverter o cenário crítico da alfabetização. Assim, expõe a autora:

Diante do diagnóstico apontado pelos resultados da Prova Brasil, da Provinha Brasil e do PISA, que identificaram os desafios na alfabetização das crianças até os oito anos de idade, e em atendimento à Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, este Ministério implementou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa em parceria com Estados e Municípios e Distrito Federal (Araújo, 2015, p. 19).

A proposta do PNAIC era conduzir uma perspectiva de alfabetização juntamente ao letramento. Convém, nesta ocasião, definirmos o que compreendemos por alfabetização e letramento. A alfabetização é o processo inicial de ensino da leitura e da escrita, no qual a criança começa a ter as capacidades básicas para compreender e produzir palavras. O letramento é um processo mais

amplo, que envolve a compreensão da escrita em contextos sociais, englobando a capacidade de interpretar, produzir e utilizar textos de forma funcional e crítica. Embora sejam processos distintos, caminham juntos, estão interligados e se desenvolvem simultaneamente em situações de ensino e aprendizagem.

Segundo Soares (2020, p. 27), a “alfabetização é a aquisição da tecnologia da escrita, enquanto o letramento envolve a inserção dos sujeitos nas práticas sociais de leitura e escrita”. Dessa forma, a alfabetização não é condição essencial para o letramento, ou seja, não é necessário aprender a técnica da escrita - alfabetização - para, posteriormente, aprender a usá-la - letramento -, uma vez que as duas aprendizagens ocorrem concomitantemente, não sendo uma pré-requisito para outra.

De acordo com Araújo (2015), a criança precisa entender o sistema de escrita alfabética, contudo deve-se também desenvolver capacidades de usar este sistema em várias situações do seu meio social, tendo autonomia para desenvolvê-las.

Tendo em vista as discussões de estratégias para a promulgação do PNAIC, no segundo semestre de 2012, a Secretaria de Educação Básica SEB/MEC organizou reuniões com os secretários de educação dos 26 estados, do Distrito Federal e com presidentes estaduais da UNDIME. Estas reuniões tiveram grande êxito, pois permitiram construir a identidade do PNAIC, respeitando formações já existentes e integrando formadores com experiência em propostas de formação universitária, como sublinha Araújo (2015, p. 20):

A princípio, a proposta de formação foi elaborada para atender todos os Estados do Nordeste e o Pará e da Região Norte, portanto, 10 Estados, articulando com as Universidades responsáveis pelo PROLETRAMENTO 2. Convidamos o Centro de Estudos em Educação e Linguagem – CEEL 3 da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE para elaborar uma proposta para a formação, inicialmente pensada para dois anos.

Segundo a estudiosa, sob o olhar do Ministro da Educação, Aloísio Mercadante, foi decidido que o programa seria de alcance nacional, tendo como intuito incluir todos os professores alfabetizadores das escolas públicas e do campo. A partir disso, iniciou-se um processo de abrangência do programa, englobando mais instituições de ensino (IES) para que cada estado tivesse uma instituição

responsável pela formação dos educadores. Em 2013, o PNAIC já contava com 38 instituições de ensino superior que envolviam mais de 5 mil municípios.

Para Xavier e Bartholo (2019, p. 3), o PNAIC é considerado “o maior programa de formação de professores já desenvolvido pelo Ministério da Educação”. O programa contribuiu para a especialização de professores alfabetizadores, disponibilizando ações, materiais e referenciais curriculares ofertados pelo MEC. O foco voltava-se para o letramento por meio de atividades lúdicas e reflexivas, de modo que as crianças conseguissem se apropriar da linguagem escrita.

3.2 Formação continuada de professores

A formação continuada de professores era um dos grandes pilares do PNAIC. O programa previa, além de formações, o ajuste de métodos pedagógicos para atender diferentes níveis de aprendizagem, reconhecendo a importância de propiciar o desenvolvimento das crianças.

De acordo com Oliveira (2010, p. 64), a “intervenção de outras pessoas – que, no caso específico da escola, são o professor e as demais crianças – é fundamental para a promoção do desenvolvimento do indivíduo”. Ao encontro desse posicionamento, a autora cita Vygotsky e discorre:

[...] para compreender adequadamente o desenvolvimento devemos considerar não apenas o nível de desenvolvimento real da criança, mas também seu nível de desenvolvimento potencial, isto é, sua capacidade de desempenhar tarefas com a ajuda de adultos ou de companheiros mais capazes (Oliveira, 2010, p. 61).

Neste contexto, é primordial a mediação do professor nas situações de ensino e aprendizagem; mas, para isso, faz-se necessário que os docentes tenham clareza do seu papel perante os estudantes. Para a THC, o professor tem como papel a transmissão do conhecimento erudito elaborado pela humanidade ao longo das gerações.

Sob essa perspectiva, as últimas décadas são caracterizadas por muitos problemas nos resultados de alfabetização (Soares, 2004), o que evidencia a insegurança e a insatisfação dos alfabetizadores expressas no fracasso em alfabetizar.

O programa PNAIC partiu desse pressuposto, isto é, formar professores capacitados para enfrentar as dificuldades de aprendizagem, em especial no que tange ao processo de alfabetização. Assim Xavier e Bartholo (2019, p. 4) afirmam que o “eixo principal do Programa está assentado na oferta de cursos de formação continuada”. Nessa conjuntura, o MEC expõe:

[...] a formação continuada de professores como política nacional é componente essencial da profissionalização e da valorização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da escola e pautar-se no respeito à experiência adquirida e no direito dos profissionais do magistério de buscarem atualização e aperfeiçoamento ao longo da vida (BRASIL, 2016, p. 3).

A formação desses profissionais objetivava não apenas propor um método de ensino em que todas as crianças fossem alfabetizadas, ao contrário, era propor várias opções metodológicas, ou seja, subsidiar o docente a encontrar estratégias que atendessem à dificuldade individual do aluno e da turma. Ao encontro deste propósito estão os estudos de Soares (2003), que disserta:

Não há um método para a aprendizagem inicial da língua escrita, há múltiplos métodos, pois a natureza de cada faceta determina certos procedimentos de ensino, além de as características de cada grupo de crianças, e até de cada criança, exigirem formas diferenciadas de ação pedagógica (Soares, 2003, p.15 e 16).

Soares (2003) reconhece que o ensino da leitura e da escrita deve ser um processo flexível e adaptativo às necessidades e características individuais de cada aluno, além de considerar as especificidades do contexto em que o ensino ocorre.

A estrutura do curso de formadores era articulada entre as universidades, secretarias de educação e escolas, com o objetivo de capacitar os docentes que atuavam em sala de aula. Essa estrutura envolve três grupos principais: formadores, orientadores de estudo e professores alfabetizadores.

De acordo com Rolkouski e Leal (2015), o processo começava com os formadores, e estes eram selecionados pelas universidades públicas, que também tinham a responsabilidade de capacitar os orientadores de estudo. Os orientadores, por sua vez, eram selecionados pelos municípios que eram acompanhados pelo MEC e tinham a tarefa de formar os alfabetizadores. Os alfabetizadores atuavam diretamente com as crianças em sala de aula nos três primeiros anos do ensino

fundamental, para promover o ensino e a aprendizagem do sistema de escrita alfabética e os usos sociais efetivos no cotidiano.

É importante salientar que o PNAIC (Brasil, 2015b) ofertou bolsas de estudos para seus participantes. Através da resolução/CD/FNDE nº 4, de 27 de fevereiro de 2013 (Brasil, 2013), estabeleceu-se orientações e diretrizes para o fornecimento de bolsas de estudos e pesquisa para a formação continuada dos professores. Em 2013, participaram do PNAIC 5420 municípios, 27 estados e o Distrito Federal. Em 2014, houve a adesão de 77 municípios. O programa também realizou a distribuição de livros didáticos, obras, jogos e diversos materiais pedagógicos a cada turma. Neste período, foram aproximadamente 310 mil professores alfabetizadores e mais de 15 mil orientadores de estudo participantes.

Segundo Rolkouski e Leal (2015, p. 49), os valores das bolsas fornecidas eram de:

I – ao coordenador-geral da IES: R\$ 2.000,00 (dois mil reais); II – ao coordenador-adjunto da IES: R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais); III – ao supervisor da IES: R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais); IV – ao formador da IES: R\$ 1.100,00 (mil e cem reais); V – ao coordenador das ações do Pacto nos estados, Distrito Federal e municípios: R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais); VI – ao orientador de estudo: 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais); e VII – ao professor alfabetizador: R\$ 200,00 (duzentos reais).

Os valores pagos aos profissionais envolvidos na formação continuada, embora importantes como incentivo financeiro, não deveriam ser vistos como a única forma de motivação. Para muitos professores, esses cursos representaram uma oportunidade de dedicação ao processo formativo, permitindo que se aprofundassem em novos conhecimentos e em inovadoras práticas pedagógicas. No entanto, a combinação entre o incentivo financeiro e a oferta de formação continuada foi essencial para a qualidade do trabalho dos educadores e contribuiu para que tantos profissionais realizassem a formação.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) contou com a atuação de diversos profissionais da educação com funções específicas para garantir seu sucesso. Os professores alfabetizadores, orientadores e coordenadores locais desempenharam papéis essenciais, desde a alfabetização dos alunos até a organização da formação continuada e o monitoramento dos resultados pedagógicos.

Rolkouski e Leal (2015) apresentam as funções de cada participante do programa; professores alfabetizadores são as peças-chaves, pois eram eles que tinham a missão de assegurar que os alunos estivessem alfabetizados até os 8 anos de idade. Professores orientadores eram professores efetivos das redes de ensino que se responsabilizavam por organizar os grupos de estudo, eram responsáveis, também, pela formação dos professores. Os coordenadores locais organizavam a logística da formação, garantiam a carga horária entre os orientadores e os professores, acompanhavam as avaliações como a Prova Brasil e ANA, gerenciavam o SisPacto e articulavam o aprimoramento pedagógico com universidades e redes de ensino.

Para concluir esta seção, destacamos que o PNAIC foi uma importante política educacional para enfrentar os desafios da alfabetização no Brasil, promovendo a formação continuada de professores alfabetizadores e ajustando métodos pedagógicos para atender às diversas necessidades dos alunos. A articulação entre universidades, redes de ensino e profissionais da educação possibilitou um programa abrangente, com ações focadas na alfabetização, no letramento e no desenvolvimento de capacidades essenciais para as crianças até os 8 anos. Contribuiu, portanto, significativamente, para melhorar os índices de alfabetização no país.

3.3 Implementação do PNAIC: possíveis avanços em relação a escrita e a leitura

O processo de alfabetização no Brasil tem sido foco de diversas políticas educacionais nos últimos anos, com o objetivo de garantir que todas as crianças, especialmente aquelas em idade escolar, sejam alfabetizadas. Nesse cenário, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) (Brasil, 2015b) se destaca como um importante acordo de formação continuada para professores, buscando aperfeiçoar as práticas pedagógicas e promover a apropriação da leitura e da escrita.

Nesta seção, analisaremos como os cadernos do PNAIC abordam a leitura e a escrita, além das atividades sugeridas para o desenvolvimento das crianças com base nas reflexões contidas nesses materiais. Também apresentaremos o relato de uma professora que atuou como formadora no programa de formação continuada.

Em seguida, serão discutidos os dados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) que avaliava a proficiência de leitura e escrita em âmbito nacional, permitindo uma análise dos níveis de aprendizagem, nos anos de 2014 e 2016 (Brasil, 2015a), quando o PNAIC estava em vigência e próximo de seu término, com a substituição pelo Programa Mais Alfabetização. Dessa forma, buscaremos compreender o impacto do PNAIC nos índices de alfabetização no Brasil, considerando o contexto em que o programa foi introduzido e os resultados alcançados ao longo de sua vigência.

Segundo Rolkouski e Leal (2015), os professores recebiam cadernos de formação para dar suporte às reflexões realizadas durante as aulas de capacitação. O material era ferramenta de apoio a todos os envolvidos no programa - formadores, orientadores e professores alfabetizadores.

O material elaborado objetivava auxiliar as práticas pedagógicas de docentes, porém sem imposição ou rigidez. O intuito era oferecer caminhos e abordagens possíveis, além de considerar a experiência dos professores.

Quanto à experiência dos professores, o programa ressalta a importância de serem usadas as vivências para adaptar conteúdos à realidade de cada turma, promovendo um ensino mais dinâmico e lúdico ao contexto de aprendizagem das crianças.

O Caderno de Formação do PNAIC era organizado em seções que objetivavam orientar os professores no entendimento das abordagens relacionadas à alfabetização, ao mesmo tempo em que incentivavam os docentes na adaptação e na personalização dos conteúdos, de acordo com as necessidades de cada turma (Brasil, 2015b). Conforme Rolkouski e Leal (2015), as seções, dentro dos cadernos, eram divididas em cinco etapas: iniciando a conversa, aprofundando o tema, compartilhando, para aprender mais e sugestões de atividades.

Na seção "Iniciando a Conversa", encontram-se ideias gerais do caderno e seus objetivos, passando, de forma rápida, pelos conteúdos que serão discutidos, bem como os fundamentos que embasaram as reflexões e as práticas pedagógicas no decorrer do processo formativo, preparando os professores para as atividades ao longo do curso.

A seção "Aprofundando o Tema" fornece textos teóricos que estimulam reflexões sobre o tema central do caderno, podendo ser analisados nos encontros de formação ou em outros momentos. Esses textos serviam como base para

discussões mais aprofundadas, trazendo tanto orientações práticas para a sala de aula quanto relatos pedagógicos. Alguns textos se complementam, enquanto outros mostram perspectivas diferentes sobre o mesmo tema.

Na terceira seção, “Compartilhando”, eram apresentados relatos de experiências e práticas realizadas por professores em sala de aula e, em seguida, analisados por especialistas. Os relatos mostravam as práticas pedagógicas interdisciplinares voltadas para a alfabetização de crianças de diversos contextos sociais, incluindo escolas urbanas, rurais e crianças com necessidades específicas. Esta seção evidencia como as teorias podem ser aplicadas de forma prática em diferentes realidades.

Já a seção “Para Aprender Mais” oferecia sugestões de leituras, artigos, sites e vídeos de fácil acesso que aprofundavam os temas discutidos no Caderno.

Na última seção, isto é, “Sugestões de atividades”, encontramos atividades planejadas para motivar os professores nas discussões e nas reflexões sobre a alfabetização, com o intuito de que, orientados pelas leituras e atividades sugeridas, possam seguir outros caminhos que atendam melhor às necessidades de seus alunos.

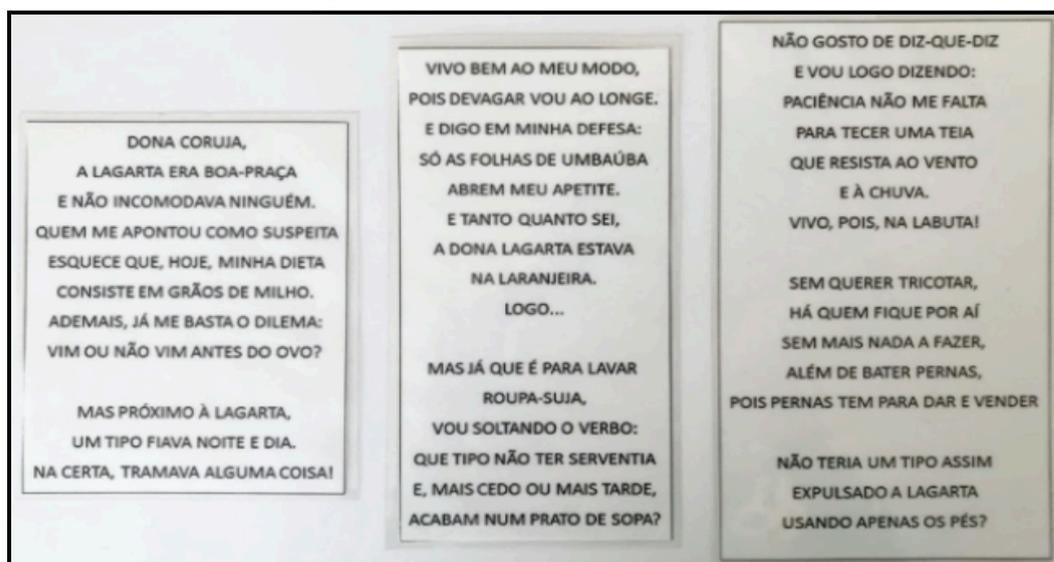
3.3.1 Grupos de encontros e recursos didáticos no Ciclo de Alfabetização PNAIC/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Após analisarmos a estrutura das seções presentes nos cadernos do PNAIC, em específico os cadernos de 2015, analisamos, também, sugestões de atividades realizadas por grupos de encontros e recursos didáticos no Ciclo de Alfabetização PNAIC/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pois “Neste livro, estão reunidos recursos didáticos endereçados a turmas do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental com o objetivo de promover direitos de aprendizagem dos alunos na alfabetização” (Almeida, 2018, p. 7).

A partir deste contexto, uma das primeiras atividades escolhidas aborda múltiplas explorações textuais, o que consiste em interpretar frases e expressões em textos de diferentes gêneros e temáticas. As autoras da atividade detalham como será desenvolvida, mencionam que foi elaborada para incentivar a interpretação de diferentes tipos de texto, a compreensão e a reflexão sobre o conteúdo de forma dinâmica e que envolva a todos.

A professora seleciona textos em acordo com o gênero e a temática que está sendo estudada pela turma. Tais textos devem ser plastificados a fim de possibilitar diversas propostas de análise e distribuídos para os grupos de alunos. Neste caso, os textos selecionados são fragmentos do livro “O caso da lagarta que tomou chá de sumiço”, previamente explorado com a turma. A partir desse material, diferentes estudos podem ser realizados, tais como: pontuação, vocabulário (palavras e expressões em contexto), uso do dicionário, reescrita do texto substituindo palavras selecionadas, ortografia, entre outros. Este material possibilita que a criança escreva com caneta hidrocor em cima do texto e depois apague com um pano. Caso a professora queira manter o registro do estudante por um período maior, sugere-se que a caneta utilizada seja a permanente, que poderá ser apagada com o uso de pano e álcool. Essa última proposta é interessante para que haja uma troca de registros entre os grupos, motivando o intercâmbio de saberes. Por exemplo, um grupo pode analisar as substituições de palavras realizadas por outro grupo para verificar se ficaram adequadas (Almeida, 2018, p. 88).

Figura 1 - Exemplo da primeira atividade



Fonte: Almeida, 2018.

Nesta atividade, podemos observar não apenas os objetivos mencionados pela autora - como interpretar textos de diferentes gêneros e temáticas -, mas também a relação entre os alunos. A forma como a atividade é proposta favorece,

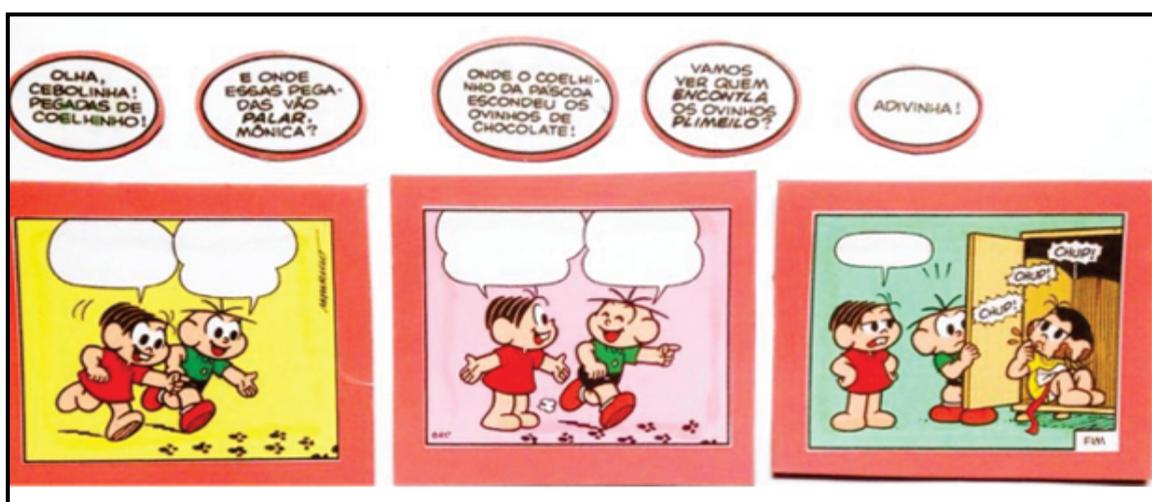
respectivamente, a criação de vínculos, o trabalho em grupos e o aprendizado em conjunto.

De acordo com Oliveira (2010, p. 64), respaldada em Vygotsky, a “criança não tem condições de percorrer, sozinha, o caminho do aprendizado. A intervenção de outras pessoas [...] é fundamental para a promoção do desenvolvimento do indivíduo”. A intervenção do professor e de outras crianças em atividades realizadas em sala é, portanto, essencial para o desenvolvimento, já que oportuniza condições de avanços para além do seu nível de desenvolvimento atual, por meio da interação em grupo.

Outra atividade selecionada, para a análise de como os cadernos e os cursos de formação do PNAIC eram trazidos para as atividades na prática, é a história em quadrinhos. Esta atividade tem como objetivo que as crianças relacionem os textos verbais e não verbais para construir sentidos. A descrição da atividade a seguir direciona, de forma clara, como o professor organizará essa dinâmica.

A professora deverá selecionar histórias em quadrinhos, excluindo delas o texto de cada balão. Cada cena será segmentada, assim como os balões, tornando os materiais móveis. Para favorecer a manipulação do aluno, é importante que as cenas e os balões móveis sejam colados em um papel cartaz, tornando-os resistentes e adequados à proposta. Este recurso objetiva que as crianças organizem as cenas, observando a sequência de acontecimentos do enredo. Paralelamente a essa organização, o aluno deverá reconhecer qual balão contempla cada quadrinho e cada personagem, relacionando a imagem com a escrita. Como variação da proposta, a professora pode ofertar balões vazios para que as crianças criem as falas dos personagens. Em outro momento, pode haver o desafio de as crianças transformarem este gênero textual em uma narrativa sem imagens, o que demandará análise dos quadrinhos para descrever e relatar o que está sendo narrado por meio das ilustrações. Além disso, é necessário explorar a função do narrador e o uso da pontuação nos momentos de fala dos personagens (Almeida, 2018, p. 82).

Figura 2 - Exemplo da segunda atividade



Fonte: Almeida, 2018.

A atividade proposta promove uma imersão nas diferentes funções da língua escrita, uma vez que oportuniza aos alunos o trabalho múltiplo com as histórias em quadrinhos. Nessa situação, as crianças passam a ser coautoras da história, pois, ao manipular as imagens e os balões, organizam, de forma lógica, a sequência a partir da visualização das imagens, requisito necessário para formação da autonomia na leitura e na escrita.

Para Smolka (1996, p. 81), ao propor “[...] às crianças um trabalho com os quadrinhos, podíamos, em sala de aula, observar não tanto a 'sequência lógica', mas muito mais as diferentes possibilidades de articulação de sentidos”. Ao manipular os balões de fala e inserir os diálogos, os alunos têm a possibilidade de explorar a linguagem oral e a escrita, visto que não estão apenas trabalhando com o conteúdo da história, mas produzindo uma escrita autêntica e praticando a compreensão da função de narrador na construção da história em quadrinhos.

3.3.2 Olhar de uma formadora sobre o programa PNAIC

O papel dos formadores no programa foi imprescindível, em especial no que tange ao apoio e à orientação dos professores, oferecendo-lhes meios e estratégias para implementar o trabalho nas escolas. Com o propósito de exemplificar tamanha relevância, a partir deste momento, traremos o olhar de uma formadora do PNAIC da região noroeste do Estado do Paraná. Faz-se importante mencionar que tal relato, a princípio, ocorreu em uma situação informal de conversa e, compreendendo a dimensão deste comentário, decidimos trazê-lo para a pesquisa com autorização da formadora, que não terá sua identidade exposta. O relato da formadora compartilha experiências e reflexões adquiridas ao longo do processo. Mostra-nos não apenas os desafios enfrentados, mas, também, os avanços e aprendizados que marcaram sua trajetória. Para expô-lo, optamos pelo formato texto e mantivemos a originalidade das elocuições.

O PNAIC explorou a diferença entre alfabetização e letramento, mas também a relação entre essas duas dimensões, mostrando como elas se interconectam no processo de ensino-aprendizagem. Com isso, os professores compreenderam, tanto teoricamente quanto na prática, a

importância de trabalhar com a diversidade de gêneros textuais, especialmente os de uso social, e de considerar a prática linguística da alfabetização, enfatizando a consciência fonológica no processo de aquisição da leitura e da escrita.

Um dos maiores desafios foi incentivar os professores a participarem dos cursos, que aconteciam semanalmente, fora do horário de trabalho, o que exigia que os cursistas, após uma jornada de trabalho nos dois turnos, se descolassem até o curso no período noturno, chegando muitas vezes cansados.

No entanto, todos os participantes terminaram o curso com alto nível de aproveitamento, graças ao incentivo da orientadora de ensino, e ao fato de que as atividades exploradas eram novidades que se encaixavam perfeitamente no trabalho que já era desenvolvido em sala de aula. As estratégias abordadas no curso estavam alinhadas com o trabalho dos professores, contribuindo para o desenvolvimento da leitura e escrita dos alunos.

Como formadora de Língua Portuguesa na rede de ensino de Maringá, responsável pela alfabetização, pude perceber que os conteúdos trabalhados no PNAIC corroboravam com as práticas que já estavam sendo implementadas, fortalecendo e confirmando o trabalho realizado.

Além disso, muitos cursistas e colegas que inicialmente eram resistentes à ideia de integrar alfabetização e letramento puderam constatar a importância e a eficácia dessa abordagem. O curso proporcionou uma oportunidade valiosa para conhecer teorias da alfabetização, colocar em prática novos conhecimentos e aliar as atividades ao planejamento pedagógico, consolidando a importância de trabalhar a união entre alfabetização e letramento nas aulas de Língua Portuguesa (Entrevista realizada pela autora, 2024).

No relato da formadora, percebemos a dificuldade de os professores realizarem os cursos de formação. Uma vez que as aulas aconteciam no período noturno e, durante o dia, cumpriam sua carga horária de trabalho, à noite, precisavam se deslocar para as aulas semanais do curso. A formadora afirmou, ainda, que era necessário fazer um grande esforço para motivá-los a comparecer às aulas.

Convém salientar, nesta ocasião, a necessidade expressa pela maioria dos professores em dobrar sua carga horária de trabalho para conseguir sobreviver nesta sociedade, haja vista as condições precárias de trabalho, as salas de aula superlotadas, os baixos salários, a falta de materiais e a infraestrutura inadequada. Isso se soma à desvalorização da profissão, ao adoecimento psicológico de professores, à negligência direcionada aos educadores e a pouca ou nenhuma compensação pelos desafios diários enfrentados em âmbito escolar.

No tocante aos cursos de formação, é possível mencionar, entretanto, que havia resistência de alguns professores às metodologias de ensino naquela época, especialmente em relação à ideia de integrar alfabetização e letramento, já que alguns docentes não concordavam com a prática de trazer essas duas dimensões

de forma unida. Por fim, o relato da professora manifesta grande apreço pelo programa e destaca a importância de unir atividades práticas ao conhecimento de teorias, com o objetivo de aplicá-las, efetivamente, no planejamento pedagógico.

3.3.3 Breve análise dos dados de proficiência de leitura e escrita da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) nos anos de 2014 e 2016

A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) consiste em um instrumento do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), elaborado pelo Governo para avaliar a proficiência de leitura e escrita em âmbito nacional. Para o estudo desta seção, discutiremos os dados dos anos de 2014 e 2016 (Brasil, 2015a), uma vez que coincidem com o início do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e com seu término, em 2017. A ANA teve sua última edição em 2016.

Esse instrumento externo tinha, como objetivo específico, avaliar o nível de alfabetização dos alunos e produzir indicadores sobre as condições de oferta do ensino. Vale ressaltar que, a partir de 2019, a ANA e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc, também conhecida como Prova Brasil) deixaram de existir com essa nomenclatura. Todas as avaliações externas passaram a ser identificadas como parte do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Neste primeiro momento, apresentamos um quadro das interpretações de leitura que serão posteriormente visualizadas no gráfico. Esse quadro é dividido em quatro níveis, sendo cada um corresponde a uma etapa do processo de aprendizagem da criança. Este quadro caberá para ambos os gráficos que serão analisados.

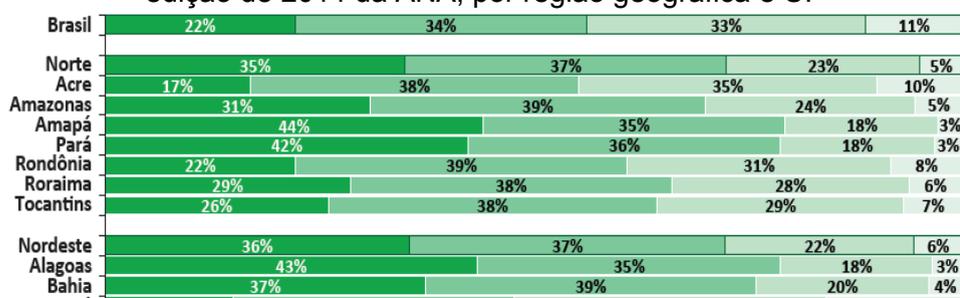
Quadro 4 - Interpretação pedagógica da escala de leitura na edição da ANA de 2014

Níveis	Descrição
Nível 1 (até 425 pontos)	Neste nível, os estudantes provavelmente são capazes de: - Ler palavras com estrutura silábica canônica, não canônica e, ainda, que alternem sílabas canônicas e não canônicas.
Nível 2 (maior que 425 até 525 pontos)	Além das habilidades descritas no nível anterior, os estudantes provavelmente são capazes de: - Localizar informações explícitas em textos curtos como piada, parlenda, poema, quadrinho, fragmentos de narrativas e de curiosidade científica; em textos de maior extensão, quando a informação está localizada na primeira linha do texto; - Reconhecer a finalidade de texto, como convite, cartaz, receita, bilhete, anúncio, com ou sem apoio de imagem; - Identificar assunto de um cartaz apresentado em sua forma original e ainda em textos cujo assunto pode ser identificado no título ou na primeira linha; - Inferir sentido em piada e em história em quadrinhos que articula linguagem verbal e não verbal.
	Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes provavelmente são capazes de: - Localizar informação explícita em textos de maior extensão, como fragmento de

Fonte: Brasil, 2015a.

De acordo com a ANA (2013-2014), a maior parte dos estudantes (Gráfico 1) se centralizava nos níveis 2 e 3 de leitura, isto é, 67% dos alunos. Nas regiões Norte e Nordeste, entretanto, essa porcentagem é menor (60% e 59%) e essas regiões apresentavam maiores proporções de estudantes nos níveis 1 e 2 (72% e 73%). Nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, os percentuais de estudantes nos níveis 2 e 3 passam a média nacional, alcançando 75%, 70% e 73%, respectivamente. No Norte, os estados do Acre, Rondônia e Tocantins têm a maior parte dos estudantes nos níveis 2 e 3 (73%, 70% e 67%). Roraima mostrou um certo equilíbrio entre os níveis 1 e 2 e os níveis 2 e 3 (67% e 66%, respectivamente). No Nordeste, o Ceará foi o único estado a superar a média nacional, com 69% de estudantes nos níveis 2 e 3.

Gráfico 1 - Distribuição percentual dos estudantes nos níveis de proficiência em leitura na edição de 2014 da ANA, por região geográfica e UF

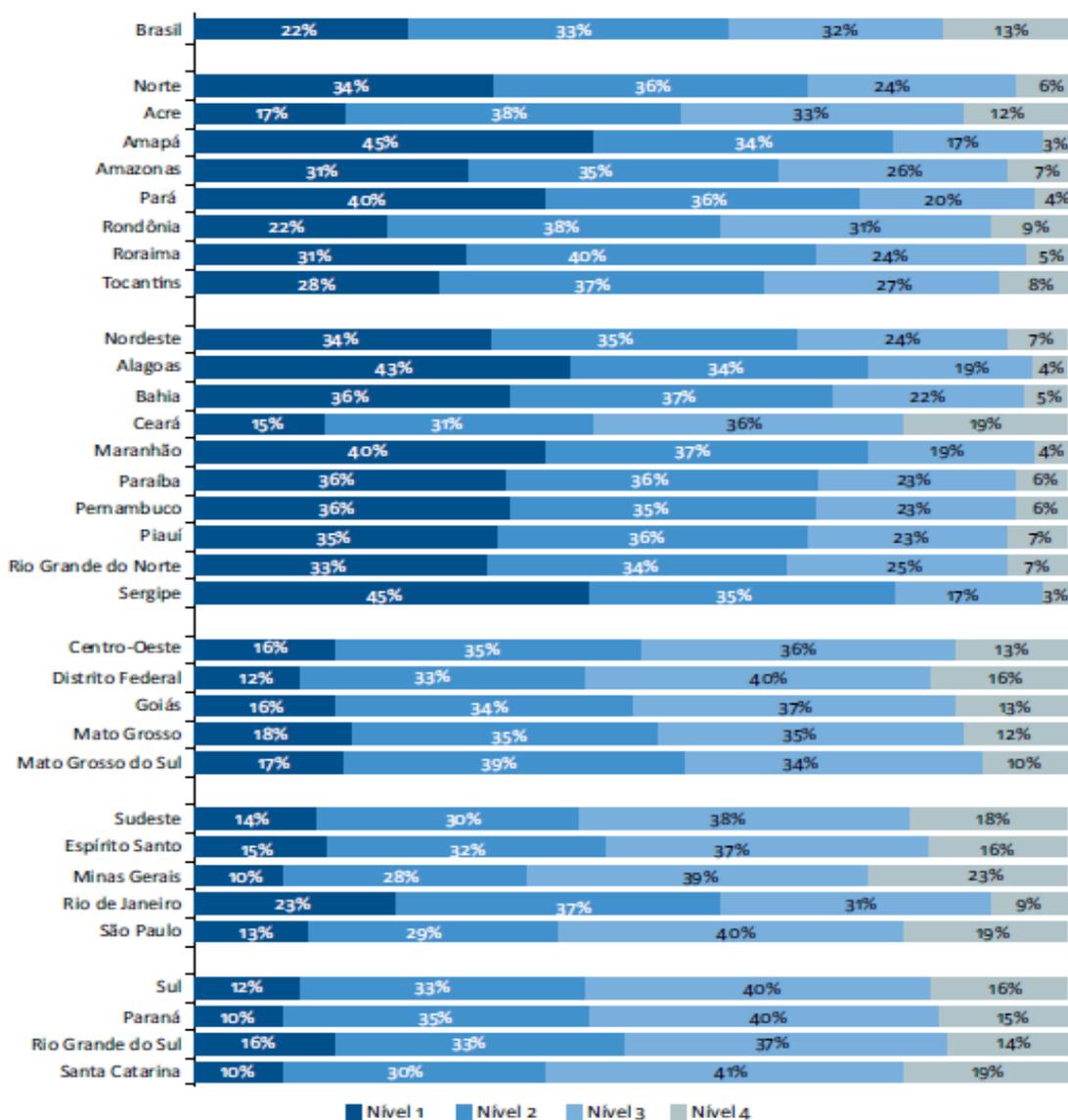


Fonte: Brasil, 2015a.

O gráfico 2 mostra o percentual de estudantes presentes nas avaliações de leitura e escrita e matemática, no contexto da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). Com base nos Microdados do Saeb/ANA de 2016, fornecidos pelo INEP, o total de estudantes previstos para participar dos testes foi de 2.492.601 e 86,5% estavam presentes no teste (Brasil, 2018).

O gráfico expõe, também, que a maior parte dos estudantes, em nível nacional, está concentrada nos Níveis 2 e 3 de leitura, com 33% e 32%, respectivamente. O Nível 2 exige dos estudantes a compreensão de textos simples, enquanto o Nível 3 implica textos mais longos e complexos, exigindo certas habilidades, como a interpretação de palavras e expressões. No Centro-Oeste, os Níveis 2 e 3 também predominam, com 35% e 36%. Nas regiões Norte e Nordeste, os Níveis 1 (34%) e 2 (36% no Norte e 35% no Nordeste) são mais comuns, sendo o Nível 1 definido pela leitura de palavras simples. No Sudeste e Sul, destaca-se o Nível 3, com 38% e 40%, respectivamente. Dentro das regiões, o Ceará, no Nordeste, e o Rio de Janeiro, no Sudeste, têm características específicas, com o Ceará registrando maior concentração no Nível 3 (36%) e o Rio de Janeiro no Nível 2 (37%). No Norte, Centro-Oeste e Sul, o padrão de distribuição regional é mais uniforme.

Gráfico 2 - Distribuição percentual dos estudantes nos níveis de proficiência em leitura, por região geográfica e UF



Fonte: Brasil, 2018.

Ao comparar os dados do gráfico 1, de 2014, com os do gráfico 2, de 2016, é possível notarmos algumas diferenças significativas nos níveis de proficiência de leitura dos estudantes, tanto em termos de concentração nos níveis de leitura quanto das características de cada nível.

No gráfico 2, grande parte dos estudantes se encontra nos Níveis 2 e 3; no entanto, as diferenças regionais mostram divergências, pois as regiões Norte e Nordeste apresentam uma maior concentração nos Níveis 1 e 2, com diversos alunos em dificuldades de leitura. Em contrapartida, as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste mostram avanços, com maior concentração nos Níveis 2 e 3.

Neste gráfico, as características de leitura são mais exemplificadas, observa-se uma concentração maior nos Níveis 2 e 3, com 33% no Nível 2 e 32% no Nível 3. No Sudeste e Sul, os efeitos são mais positivos, com maior porcentagem de alunos no Nível 3 (38% e 40%, respectivamente). No Nordeste, o Ceará se sobressai com a maior concentração no Nível 3 (36%), o que mostra avanços na proficiência de leitura.

Em algumas regiões como o Norte e o Centro-Oeste, contudo, os resultados continuavam concentrados nos Níveis 1 e 2, sugerindo que, em alguns estados, ainda havia dificuldade em alcançar níveis mais altos de ensino à leitura, o que indica que as políticas de alfabetização podem não ter surtido efeito uniforme em todas as localidades.

Por fim, comparando os dois gráficos, visualizamos que houve uma melhora em algumas regiões do nosso país, especialmente no Sudeste e Sul, onde os níveis chegaram ao 3, indicando um bom desempenho nas práticas pedagógicas. Alguns estados do Norte e do Centro-Oeste, entretanto, ainda apresentavam dificuldades, com uma grande concentração de alunos nos Níveis 1 e 2, o que indica que a melhora foi imparcial e que haveria desafios para alcançar a alfabetização em algumas regiões do Brasil.

O problema da alfabetização, enfim, ainda persiste em nosso país e, em determinadas regiões, mais acentuado que em outras. Faz-se necessário, portanto, a proposição de programas educacionais e de formação continuada que, de fato, garantam uma educação de qualidade, simultaneamente uma sociedade mais justa e igualitária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estudo desenvolvido e diante do objetivo proposto – analisar o programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e seu impacto na taxa de alfabetização no Brasil, a fim de identificar possíveis contribuições no processo de alfabetização dos escolares, evidenciamos que compreender a eficácia dos programas de promoção à alfabetização é crucial para pensarmos em soluções efetivas e para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

A pesquisa baseou-se em dados já existentes, identificando, contudo, lacunas significativas sobre a importância deste programa e seu impacto real no país.

Considerando sua abrangência nacional, buscou-se aprofundar a análise para compreender de que forma o programa influenciou diferentes contextos regionais e quais resultados concretos foram alcançados em sua implementação.

A análise dos dados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) indicou que os resultados do PNAIC não foram uniformes em todas as regiões do país. Enquanto algumas áreas, especialmente o Sudeste e o Sul, apresentaram avanços consideráveis nos níveis de proficiência de leitura, outras, como o Norte e o Nordeste, continuaram enfrentando dificuldades nesse processo. Isso sugere que, embora o programa tenha trazido melhorias em algumas regiões do Brasil; em outras, houve uma disparidade em relação aos níveis de leitura.

Ademais, a fala da formadora do PNAIC nos fez refletir sobre a importância da formação continuada dos professores, destacando que, mesmo diante das dificuldades enfrentadas e da resistência inicial dos docentes, o programa trouxe ganhos na prática pedagógica e no desenvolvimento dos alunos. O esforço em integrar teoria e prática foi essencial para a adoção de novas abordagens pedagógicas dentro da sala de aula.

Em suma, o PNAIC representou um avanço importante na busca pela alfabetização plena de todas as crianças brasileiras, mas os desafios permanecem notáveis e exigem um esforço contínuo para que as conquistas sejam consolidadas e ampliadas, garantindo, assim, uma educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laura Bagatini de. **Recursos didáticos no ciclo de alfabetização PNAIC UFRGS** [e-book]. Organizadoras: Luciana Piccoli, Luciana Vellinho Corso e Sandra dos Santos Andrade. São Leopoldo: Oikos, 2018.

ARAÚJO, Mirna França da Silva de. Aspectos metodológicos do ciclo de alfabetização. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização. Caderno de apresentação**. Brasília, DF: MEC/SEB, p. 18-26, 2015.

BRASIL. **Documento orientador das ações de formação continuada de professores alfabetizadores em 2016**. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 4, de 27 de fevereiro de 2013**. Estabelece orientações e diretrizes para a execução e o acompanhamento do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Disponível em:
<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2013/resolucao-cd-fnde-no-4-de-27-de-fevereiro-de-2013#:~:text=Estabelece%20orienta%C3%A7%C3%B5es%20e%20diretrizes%20para,pela%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20na%20Idade%20Certa>. Acesso em: 2 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação Nacional da Alfabetização: relatório 2013-2014: volume 2: análise dos resultados**. Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório SAEB/ANA 2016: panorama do Brasil e dos estados**. Brasília, DF: Inep, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 826, de 7 de julho de 2017**. Dispõe sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, suas ações, diretrizes gerais e a ação de formação no âmbito do Programa Novo Mais Educação - PNME. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 130, p. 20, 10 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012**. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Disponível em:
<https://diariofiscal.com.br/ZpNbw3dk20XgIKXVGacL5NS8haloH5PqbJKZaawfaDwCm/legislacaofederal/portaria/2012/mec867.htm>. Acesso em: 2 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa:**

interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização. Caderno de apresentação. Brasília, DF: MEC/SEB, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico.** (Coleção Pensamento e ação na sala de aula) 5. ed. São Paulo: Scipione, 2010.

ROLKOUSKI, Emerson; LEAL, Telma. Aprendizagem interdisciplinar na alfabetização. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização.** Caderno de apresentação. Brasília, DF: MEC/SEB, p. 27-51, 2015.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo.** (Coleção Passando a Limpo). 7. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1996.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos. **Pátio – Revista Pedagógica,** Porto Alegre: Artmed, 29 fev. 2004.

SOARES, Magda. **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever.** 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas.** Trabalho apresentado no GT Alfabetização, Leitura e Escrita, durante a 26ª Reunião Anual da ANPEd, Poços de Caldas, MG, 5-8 out. 2003.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

XAVIER, Rosa Seleta de Souza; BARTHOLO, Tiago Lisboa. **Os impactos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: uma revisão sistemática.** *Laboratório de Pesquisas em Oportunidades Educacionais – UFRJ*, v. 35, p. 1-32, 2019.